

## A RESPONSABILIZAÇÃO COMO ARTEFATO DE GOVERNANÇA NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EM EDUCAÇÃO

MICHELE VOLLRATH BENTO<sup>1</sup>; VIVIANE DA SILVA LEMOS<sup>2</sup>; MARIA DE FATIMA CÓSSIO<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – mivolb@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – viviane.slemos@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – cossiofatima13@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Quando se tem como objetivo de análise o grande grupo das parcerias público-privadas encontra-se diversos pontos de análise no que tange aos métodos e artefatos de controle implementados de maneira explícita, ou não, dentro do Estado pelas organizações da sociedade civil. A responsabilização é uma das políticas de *Accountability* que são utilizadas quando se busca controle e punição como ferramentas de governança, utilizada também como forma de legitimação das ideias e crenças disseminadas por estes parceiros que podem ser oriundos dos mais diversos campos da sociedade, carregados de ideologias e interesses próprios.

Peroni (2021) destaca a relevância dos intelectuais orgânicos vinculados aos *Think Thanks* que dominam o cenário nacional e internacional quando a pauta é a formulação e a implementação de políticas públicas, pois muito mais do que simples representantes da sociedade civil, estes entes são responsáveis por disseminar através de diversos canais de comunicação, bem como utilizando as próprias secretarias dos estados e municípios em que estão inseridos, a evidenciação destas práticas e formas de atuação aliadas ao interesse do capital, tornando a educação pública um grande negócio e um palco para as mais diversas atrocidades justificam a análise inicial da referida questão.

O problema de pesquisa consiste em identificar a ocorrência destes fenômenos em múltiplos setores na esfera do Estado e ainda mais nos momentos atuais, onde o viés autoritário se apresenta cerceando os direitos básicos dos cidadãos, agravado pelo cenário em análise, qual seja a educação pública de nível básico. Foram utilizados como base teórica, textos do livro de PERONI (2021).

### 2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste em abordagem qualitativa com base em pesquisa bibliográfica que utiliza referenciais teóricos de relevantes expoentes da área para sua consolidação. Assim, para Gil (2019), “a pesquisa bibliográfica constitui um procedimento formal para aquisição de conhecimento, exige pensamento reflexivo e tratamento científico dos dados extraídos”.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mesmo cenário que é observado nos últimos anos no Brasil desde os anos de 1990 ocorre de maneira forte e impactante em outros países como os Estados Unidos. É comum, principalmente em países em desenvolvimento, que políticas implementadas em outros países sejam reproduzidas sem prévia análise ou adequação ao cenário local. No Brasil, não foi diferente na onda da responsabilização, que evidencia cada vez mais o alcance das ideias neoliberais.

Alguns autores tratam como “Pós capitalismo”, para Peroni (2021) o capitalismo pós crise de 2008 apresenta características específicas, como atributos marcantes deste novo “Estado empreendedor”. Dessa forma, o referido Estado não se posta mais como responsável pelas políticas sociais, repassando para os indivíduos a responsabilidade total pelo seu sucesso ou fracasso, podendo assim cobrar resultados aliados as ideias de meritocracia e competitividade.

A responsabilização tem aspecto relevante neste projeto neoliberal, visto que ela possibilita, neste contexto, que empresários, investidores e/ou demais interessados possam avaliar se o investimento financeiro em educação está sendo feito de maneira “eficiente” e em caso negativo, quem é o responsável por isso. O resultado destas avaliações que nada se vinculam a um caráter democrático, possui relação direta à importância das punições do que necessariamente ao incentivo da liberdade, como muitas vezes se é insinuado.

Desta forma, cabe a poucos ou em alguns cenários, a um professor a responsabilidade pelo bom desempenho dos alunos que estão sob sua gestão, como se fosse possível evidenciar através de uma prova padronizada o quanto um aluno aprendeu, invalidando com isso todos os conhecimentos e vivências dele na sua localidade, sua evolução como ser humano e cidadão que faz parte de estruturas sociais. Escolas, professores e diretores têm, ou deveriam ter, o controle sobre a aprendizagem dos alunos, características revoltantes e infundadas de uma análise feita sem criteriosa elaboração, sendo que dentro de um mesmo município pode-se identificar disparidades que não podem ser medidas através de uma mesma “régua”.

A escola tem funções vistas como intangíveis, pois para cada aluno podem ser oferecidos ganhos diversos de acordo com a perspectiva pela qual se vê, bem como relacionado as características de cada aluno. Avaliar a aprendizagem exige minimamente um conhecimento dos indivíduos, porém a partir e através destas avaliações em massa que políticas públicas para a educação são desenvolvidas, implementadas, avaliadas e corrigidas.

São estes índices que compõe os quadros de crise, que destacam as características severas das mudanças necessárias no país, infelizmente são estes números também que informam que a qualidade do ensino público básico é ruim, pouco eficiente e cara, causando uma redução ainda maior de investimentos livres e uma precarização ainda maior do sistema educacional abrindo margem para a “necessidade” da presença do setor privado como único meio de salvação.

O repasse para o terceiro setor dos deveres principais poder público pode ser visto como uma prática salvadora, porém o custo dessa invasão não pode ser calculado neste momento, a conta será cobrada a longo prazo, seja de maneira prática, mediante contratos que impossibilitam a continuação de programas e projetos por vinculação à propriedade intelectual dos próprios think tanks, seja através de uma métrica social, visto que a característica dos cidadãos que

crescerão cerceados por estas políticas será atrelada ao individualismo e a um total desconhecimento das funções sociais e filantrópicas do Estado.

Em 2001, no Brasil aprova-se o programa “Nenhuma Criança fica pra trás” onde se busca a proficiência em leitura e matemática, porém, diferentemente do programa anterior, com força e poder de lei federal penas severas poderiam ser sancionadas a professores e diretores que poderiam ser demitidos e escolas que poderiam ser fechadas se os alunos não desempenhassem resultados satisfatórios.

Entende-se, portanto, que o problema não está na testagem, nem que qualquer pesquisador na área de políticas educacionais seja contra testes. Não são neles que estão os problemas. A origem está em como eles são desenvolvidos e o que os torna confiáveis. Através de uma coleta de dados de qualidade informações extremamente relevantes podem surgir, qualificando as discussões e planejamentos das ações que serão aplicadas aos respectivos espaços escolares.

Dentro das práticas de governança dos Estados neoliberais encontra-se também a busca por uma resposta rápida e que tenha uma solução ainda mais rápida a eficiente para os problemas da educação, por isso os testes são ferramentas tão adoradas pelos políticos. A legitimidade trazida por dados estatísticos é muito mais clara a população, visto que dentre as táticas de desvalorização e precarização do serviço e do servidor público estão, os resultados produzidos pelos Think Thanks, como evidencia Peroni (2021)

Dispondo de informação tida como confiável pela grande massa da população, políticos podem, através do vieses que lhes forem mais adequados, conduzir as destinações de recursos e verbas, fomentar a contratação de empresas de consultoria, dar mais visibilidade às parcerias que o setor privado tem interesse em firmar com a esfera pública.

Estes artifícios além de enfraquecerem, tornam mais segregada a classe trabalhadora da educação, já que da mesma maneira que estes resultados servem para punir, eles têm o caráter de dar destaque aos que se saem melhor nos quesitos avaliativos podendo até mesmo beneficiá-los através de incentivos, bônus por resultados na avaliações que são coordenadas e cujas regras são impostas de acordo com a necessidade e o interesse de cada gestor.

A busca por nota altas pode ter consequências serias para a comunidade escolar. Cada aluno que pode sofrer restrição de admissão em uma escola por não ter obtido histórico de bons índices em avaliações de larga escala pode infelizmente desistir dos estudos, não conseguir acompanhar os estudos em uma escola mais longe de sua casa ou até mesmo comprometer sua autoestima nessa e em outras áreas da vida por não se sentir adequado ou digno de vivenciar esta experiência.

Cada pessoa é única, cada aluno é importante e especial em sua individualidade. Individualidade esta que não é validada nem tão pouco considerada dentro dos processos de avaliação com objetivo de responsabilizar ao invés de mapear desafios e desenvolver alternativas para melhora na qualidade do ensino público, seja no Brasil ou em outros países.

O processo de responsabilização esconde atrás de uma aparência de maior autonomia dos professores, da diretoria e das escolas ferramentas que buscam e viabilizam o controle destes atores do processo educacional através do medo das consequências balizadas pelos autores destes programas.

#### 4. CONCLUSÕES

Motivar professores para desenvolverem novas práticas, utilização de diversas metodologias de ensino são formas tratadas pela literatura como funcionais e diligentes para fomentar um ensino de mais qualidade, não a precarização das carreiras, a uberização da profissão, a necessidade de exposição a inúmeras horas de trabalho semanais para que se tenha um salário minimamente digno que garanta a sobrevivência deste profissional com índices inflacionários cada vez mais altos, bem como custo de vida e taxas de desemprego.

Uma educação pública de qualidade não se faz com ameaça, chantagem, nem com a transformação dos professores em treinadores para uma prova que definirá o futuro de todos que estão em sala e sua condição de sobrevivência em um Estado empreendedor que, como afirma Peroni (2021), perde suas função de executor de políticas sociais, projetando esta responsabilidade para o indivíduo.

A finalidade da educação num país como o Brasil é bem maior que o conhecimento medido através de um questionário psicométrico, em uma sociedade complexa como a nossa, fatores isolados não podem ser responsáveis pelos dados que avaliam as políticas educacionais, precisamos evoluir nestas discussões, que muito acrescentam para a discussão sobre a educação pública brasileira em sua forma mais democrática e Estatal possível, sem que mecanismos que Accountability e controle sejam impostos e usados para desvalorizar e deslegitimar o público, reduzindo ainda mais seus investimentos e consequentemente seus resultados..

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 7 ed. São Paulo: Editora Atlas. 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privada: O papel da educação na construção de um projeto societário democrático. In: PERONI, Vera Maria Vidal; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (Orgs.). Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina. 1. Ed. São Paulo: Livraria da Física, 2021.